

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 16/05/2012 - Edição N°. 579

CNTV participa de audiência e cobra responsabilidade dos bancos com a segurança de clientes e trabalhadores

Representando a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf), mas também falando em nome dos vigilantes, José Boaventura-presidente da CNTV, participou na tarde desta terça (15) de Audiência Pública na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado na Câmara dos Deputados.

O ponto principal da audiência seria discutir o combate a furtos em caixas eletrônicos. No entanto, José Boaventura aproveitou a oportunidade para fazer denúncias sobre a insegurança bancária, responsabilizando os bancos pelas 49 mortes ocorridas em 2011 e pelas 10 em 2012, todas essas mortes envolvendo alguma atividade financeira nas proximidades de bancos e agências bancárias.

Boaventura apresentou um painel com fotos e matérias registrando as principais ocorrências de ataques a caixas eletrônicos e carros forte, além de assaltos a bancos, agências ou correspondentes bancários. Imagens fortes de trabalhadores e clientes vitimados pela violência mostraram a gravidade da situação. As imagens não podem virar um número nas estatísticas da violência, pois há por trás de cada foto uma vida que se foi, um nome, uma história que era compartilhada com amigos, colegas de trabalho, familiares e os bancos não enxergam esse ser humano. Para Boaventura o maior embate que travamos atualmente, diante da crescente criminalidade é o de posições. Enquanto bancários e vigilantes defendem a vida, os banqueiros defendem o lucro.

Além do painel, os vigilantes presentes à audiência fizeram uma homenagem aos trabalhadores e clientes mortos em 2011 e 2012 com balões pretos e em cada balão o nome de uma vítima do descaso dos bancos.

Em sua fala, Boaventura destacou alguns pontos que considera da maior gravidade diante das inúmeras explosões a agências bancárias, caixas eletrônicos em bancos, supermercados, postos de combustível, shoppings, entre outros estabelecimentos que "é a captação do dinheiro em locais públicos por parte dos vigilantes de transpor-



José Boaventura-presidente da CNTV denuncia descaso dos bancos com a segurança de trabalhadores e clientes durante audiência na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime organizado

te de valores sem local adequado para isso, sem local adequado para estacionar o carro forte e os banqueiros agem como se o problema não fosse deles, jogam a responsabilidade no poder público, no banco central e não tomam providências para melhorar a segurança na captação e abastecimento de caixas eletrônicos. Muitas vezes feito em locais de grande aglomeração.

Boaventura também denunciou a resistência dos bancos que, por questões estéticas, não colocam biombo nos caixas e também nos caixas eletrônicos para proteger os clientes do crime chamado de "saidinha de banco" que tem vitimado inúmeras pessoas. Outro problema apresentado diz respeito às agências bancárias, alvos de explosão dos criminosos e os trabalhadores cobram que os vidros das fachadas sejam blindados, que se coloquem grades ou outros mecanismos para proteger a vida dos bancários, vigilantes e clientes, sempre destacando a responsabilidade dos bancos e a falta de investimento em segurança bancária. (Veja mais sobre a audiência nas páginas 02 e 03)

Vigilantes pedem mais segurança para abastecer caixa eletrônico



O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Vigilantes, José Boaventura Santos, pediu mais segurança para o abastecimento de caixas eletrônicos no País. Nesta terça-feira (15), em audiência da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Boaventura Santos criticou os bancos e as empresas de vigilância pela falta de segurança dos trabalhadores do setor.

“Queremos que a operação de abastecimento feita pelos vigilantes não envolva contagem de dinheiro. Lamentavelmente, os vigilantes ainda estão contando dinheiro em corredores de shopping, em porta de supermercado, sem qualquer preocupação dos bancos com a segurança dos trabalhadores”, disse Santos, que também representou a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf) na audiência.

Segundo ele, no ano passado, 49 pessoas foram assassinadas próximas a instituições bancárias no Brasil. Desse total, 32 eram clientes e 8 eram vigilantes. Neste ano, 10 pessoas já morreram por falta de segurança nos bancos.

O representante dos trabalhadores criticou, ainda, a resistência dos bancos que, em nome de padrões estéticos, não aceitam a instalação de divisórias entre os caixas para resguardar a segurança dos usuários.

Investimentos em segurança

O diretor setorial de Segurança Bancária da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Pedro Oscar Viotto, informou que a entidade está investindo em tecnologia para evitar roubos. Ele citou o uso de tinta para inutilizar cédulas, em caso de explosão de caixas eletrônicos, e a realização de campanhas midiáticas para que o dinheiro manchado não seja aceito pela população.

Segundo Viotto, o uso de explosivos nos furtos começou em 2010, em São Paulo, mas um esforço dos bancos e da polícia conseguiu reduzir os ataques no estado. A partir daí, essa modalidade de crime se espalhou para outras regiões. “Nos próximos quatro anos, teremos a Copa das Confederações, a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Os ataques com explosivos estão causando má impressão ao País”, disse.

Viotto defendeu leis mais severas, maior controle dos explosivos, união das autoridades e regulamentação do Banco Central para permitir a inutilização das cédulas e conscientização da sociedade por meio de campanhas educativas.

No caso do Paraná, o comandante-geral da Polícia Militar do estado, coronel Roberson Luiz Bondaruk, disse que o número de assaltos a caixas eletrônicos está diminuindo graças à atuação conjunta de diver-

orgãos: Exército, Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e polícias Militar, Civil, Federal, Rodoviária Federal e Rodoviária Estadual.

Controle de explosivos

O diretor de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército, general Waldemar Barroso Magno Neto, defendeu mudanças na legislação de multas e taxas de fiscalização de explosivos, para garantir maior controle em seu manuseio. "Quanto menos pessoas utilizarem explosivos, melhor o controle."

Magno Neto disse que o Exército está formando novos técnicos para controlar a produção e o transporte de explosivos. Atualmente, 900 pessoas trabalham nesse controle.

Uma das leis que tratam desse assunto é a 10.834/03, que instituiu a Taxa de Fiscalização dos Produtos Controlados pelo Exército Brasileiro (TFPC),

cobrada de empresas ligadas ao comércio e à fabricação de armas, munições, explosivos e produtos químicos agressivos. Os recursos arrecadados com a taxa são destinados às ações de fiscalização desses produtos.

O representante do Exército informou que 80% dos explosivos utilizados para crimes no Brasil são frutos de produção caseira ou contrabando.

Código Penal

O presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, deputado Efraim Filho (DEM-PB), informou que o debate sobre furtos a caixas eletrônicas ajudará os parlamentares na discussão da reforma do Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40). Segundo ele, é preciso endurecer as penas para o porte de explosivos.

Fonte: Agência Câmara - Reportagem – Karla Alessandra/Rádio Câmara



Durante toda a audiência, vigilantes presentes ao evento lembraram as 49 mortes ocorridas em 2011 e as 10 ocorridas em 2012, todas elas envolvendo algum tipo de atividade financeira

Casas Noturnas e Bares do Paraná: Grupo de trabalho pretende disciplinar contratação de seguranças

A reunião para discutir a segurança em bares e casas noturnas, aconteceu no Plenarinho da ALEP. Os casos de violência registrados em bares e casas noturnas de Curitiba, envolvendo clientes e seguranças que atuam nestes estabelecimentos, motivaram na manhã desta terça-feira (15), no Plenarinho da Assembleia Legislativa, uma reunião da Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania da Casa, com representantes da Associação Brasileira de Bares e Casas Noturnas do Paraná – ABRABAR, da Federação dos Vigilantes do Estado do Paraná e da Ordem dos Advogados do Brasil - PR, e com proprietários de casas noturnas e similares. Na ocasião, ficou decidida a constituição de um grupo de trabalho que atuará, inicialmente, na orientação dos responsáveis pelos estabelecimentos para prevenir e evitar incidentes como os que têm ocorrido, e que estudará também a possível elaboração de um projeto de lei capaz de disciplinar melhor a contratação de seguranças por bares e similares.

Os deputados da comissão deverão, enquanto isso, solicitar à Polícia Federal que intensifique a fiscalização das empresas e profissionais que hoje prestam os serviços de segurança, ao mesmo tempo em que pedirão informações à Secretaria de Estado da Segurança Pública sobre as normas que disciplinam a atividade policial, notadamente considerando como deve ser o comportamento dos policiais nas casas noturnas, seja durante ou fora dos seus horários de serviço.

De acordo com o deputado Tadeu Veneri (PT), presidente da Comissão de Direitos Humanos, a situação é “bastante difícil para os usuários e para a população, que têm que conviver com situações de violência, e também para os proprietários dos estabelecimentos, que muitas vezes se veem compelidos a contratar um serviço irregular por conta da concorrência desleal entre aqueles que oferecem os serviços de segurança”. Veneri também se posicionou contrariamente à atuação de policiais como seguranças de empresas privadas. “Os policiais civis ou militares têm que ter como tarefa principal a segurança pública, e não fazer bico”, acrescentou. Em relação à regulamentação desse procedimento, como já estaria acontecendo em estados como o Rio de Janeiro, o parlamentar disse esperar que a aprovação da PEC dos subsídios dos policiais, em tramitação na Assembleia, deverá criar as condições para que os policiais não precisem de uma atividade extra para complementar seus orçamentos. “Esse bico tem resultado em inúmeros casos de violência e em assassinatos até dos próprios policiais, que são identificados fora dos seus horários de serviço e que podem sofrer represálias nesse período”.

De acordo com o presidente da Federação dos Vigilantes, João Soares, a situação é de fato preocupante, uma vez que



Audiência pública contou com representantes dos vigilantes, dos proprietários de bares e da OAB
João Soares, diretor da CNTV e presidente da Federação dos Vigilantes do Paraná participou do debate

“as casas noturnas contratam muitos seguranças de forma irregular”. Ele explica que, na grande maioria dos casos, os contratados são pessoas sem nenhum preparo. “Muitas vezes, são cotratadas empresas sem a autorização da Polícia Federal para executar esse tipo de serviço”, acrescenta. Soares defende a elaboração de um projeto de lei que responsabilize civil e criminalmente os proprietários de casas noturnas que contratam seguranças irregulares.

Para Fábio Aguayo, presidente da Abrabar, a audiência trouxe abertura para avanços e melhorias significativas no setor. Ele entende que todos querem trabalhar corretamente e diz que as casas noturnas não têm como conferir a veracidade da documentação apresentada pelos prestadores de serviço. O empresário também considera que “os sistemas de segurança se preocupam mais com o patrimônio do que com a vida das pessoas”, e que é preciso mudar urgentemente esta realidade. “A nossa orientação é de que se preserve muito mais a vida, e vamos nos preparar para isso”.

Aguayo adiantou que a Abrabar já organiza um curso de capacitação na área. Para isso, a instituição inclusive já contratou instrutor formado pela polícia de Israel e pela estadunidense SWAT, especializado em processos de segurança em bares e casas noturnas. “Esse treinamento vai tratar desde a prevenção com a elaboração de um plano de segurança para cada situação, ao uso de câmeras e aos procedimentos mais adequados de abordagem ou de imobilização”, exemplifica.

Cartilha— Entre as atribuições do grupo de trabalho está também a elaboração de uma cartilha para ser distribuída a todos os proprietários de estabelecimentos noturnos, com explicações sobre as formas legais de contratação e informações sobre onde conseguir a comprovação da validade dos documentos apresentados, tanto por empresas como por profissionais de segurança privada.

Fonte: Alep - Foto: Sandro Nascimento

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV - José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação - Edilson Silva Pereira

Jornalista: Walkiria Simões

Projeto gráfico e diagramação: Walkiria Simões



site: www.vigilantecntv.org.br

email: cntv@terra.com.br

Fone: (61) 3321-6143

SDS edifício Venâncio Junior Térreo loja 09-11

Cep: 73.300-000 Brasília - DF